

**EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.006, DE 01 de OUTUBRO de 2020**

**AUTOR:** Deputado Federal **GERVÁSIO MAIA (PSB)**

**EMENTA: ACRESCENTA DISPOSITIVOS À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.006, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020 QUE AUMENTA A MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNADO DOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19.**

**Art. 1º** - Acrescenta o art. 1º-A na Medida Provisória nº 1.006, de 1º de outubro de 2020.

**Art. 1º-A.** Fica autorizado o percentual máximo de consignação nas hipóteses do art. 21 da lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950 e do § 2º do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de 40% (quarenta), dos quais 5% (cinco) serão destinados exclusivamente para:

**I - Amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou**

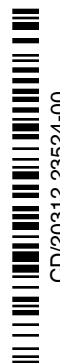
**II - Utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.**

**Parágrafo Único:** Esse limite poderá ser elevado, a requerimento do servidor, até 70% (setenta por cento) para prestação alimentícia, despesas com educação, saúde, aluguel residencial ou aquisição de imóvel destinados à moradia. (NR).

**Art. 2º** - Excetua-se do prazo previsto no art. 1º da Medida Provisória nº 1.006, de 1º de outubro de 2020, as hipóteses previstas no art. 1º-A, objeto da presente emenda.

Câmara dos Deputados, Brasília, 06 de outubro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**GERVÁSIO MAIA (PSB/PB)**  
DEPUTADO FEDERAL



## **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente:

A presente emenda aditiva visa incluir no rol de beneficiados com a Medida Provisória nº 1.006, de 1º de outubro de 2020 que trata sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios e aposentadoria, para acrescentar em seu texto os servidores públicos ativos, considerando que a espécie normativa aumentou o percentual máximo de consignação para os aposentados e pensionistas, em razão das dificuldades por quais passam a grande maioria dos servidores.

Outra modificação importante visa modificar o limite para gastos com serviços essenciais, a exemplo de despesas com educação, aluguel ou aquisição de casa própria.

Isto posto, senhores e senhoras deputados(a), por se tratar de propositura de largo alcance social e que visa amenizar a situação de dificuldades por quais passam os servidores públicos ativos, desde já se requer a tramitação desta emenda em caráter de urgência para garantir a extensão do benefício aos servidores públicos, em momento tão difícil em razão da crise financeira provocada pela pandemia.

**Brasília** (DF), Sala das Sessões, em 06 de outubro de 2020.

**GERVÁSIO MAIA**  
DEPUTADO FEDERAL – PSB (PB)

**Excelentíssimo Senhor Presidente**  
**RODRIGO MAIA - DEM/RJ**  
**N E S T A**



CD/20312.23524-00